

Collor fará revisão do Orçamento

O líder do PRN na Câmara, deputado Renan Calheiros, informou ontem que o futuro Governo vai propor ao Congresso Nacional, assim que tomar posse, uma revisão profunda do Orçamento Geral da União, sancionado, sem vetos, pelo presidente José Sarney esta semana. A revisão tem dois objetivos básicos: reduzir despesas e ajustar a lei orçamentária à reforma administrativa que o presidente Collor vai propor ao Congresso.

A equipe de economistas do novo Governo já realizou algumas simulações para verificar qual o impacto das despesas criadas pelo Congresso e que o presidente Sarney preferiu não

vetar. Algumas estimativas indicam uma despesa adicional, em relação ao que foi originalmente proposto pelo Executivo, de até um por cento do Produto Interno Bruto (PIB), algo equivalente a três bilhões de dólares. A decisão do presidente Sarney de sancionar a lei orçamentária sem aparar qualquer uma das despesas criadas pelo Congresso mereceu um comentário ácido de Renan Calheiros.

“O Sarney enterrou a cabeça na areia para não resolver esse problema e não se indispor com o Congresso. Isso é uma coisa típica de final de Governo”.

O Governo Collor tem que enviar todas as medidas de

maior interesse para o Congresso em dez dias para obter o resultado em cem dias. Depois disso não haverá mais quorum no Congresso para votar nada importante, por causa das eleições de outubro. A avaliação foi feita ontem pelo futuro líder do Governo no Senado, Carlos Chiarelli, que esteve com as lideranças do PDS, PFL, PDC e PTB.

Certo do apoio parlamentar as primeiras medidas do novo Governo, Chiarelli insiste apenas na agilidade para que as votações se concentrem no primeiro semestre do ano. Isso também vale para a revisão orça-

mentária, que deve ser apresentada depois que a aprovação do orçamento sem vetos pelo presidente Sarney promete criar sérias dificuldades para o governo Collor.

“Presente de grego”, “herança maldita”, “bomba de retardado”. Foi assim que o senador Chiarelli qualificou a sanção do presidente Sarney, sem vetos, ao orçamento de 1990, apesar das restrições da própria Seplan, que considerou irregular a inclusão, por parte dos parlamentares, de 113 bilhões de cruzados novos de despesas num “programa especial”, entre outras críticas.